

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como as Notas Explicativas, o Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho de Administração, atendendo as determinações do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Ambiente Econômico

Apesar da queda dos juros e da inflação, a economia brasileira continua com seu lento crescimento, porém com sinais mais firmes, ainda que incipiente, de sua normalização. A volta da confiança de quem está empregado e a retomada gradativa do emprego, vem gerando perspectivas favoráveis neste longo período de recessão que o país enfrenta. Diante disso cresce a expectativa de uma melhora no desempenho dos negócios para o próximo exercício.

Resultado do Exercício

A empresa apresentou um resultado positivo no exercício de R\$ 375 mil, gerado basicamente pela recuperação de créditos baixados em prejuízo e de lucros em operações com Títulos e Valores Mobiliários. O resultado continua sendo afetado negativamente pela constituição de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa em valores relevantes, especialmente no segundo semestre, decorrente de operações realizadas em exercícios anteriores.

Ativos e Outras Operações

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, representados por Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta.

Em atendimento à Instrução CVM N° 381/03, esclarecemos que os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa no período.

Atendendo as Resoluções do BACEN, informamos que existe desde 2007, a estrutura de gerenciamento de capital bem como a estrutura de gerenciamento do risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez, sendo efetivamente implementadas, por meio de ferramentas específicas para a identificação e o monitoramento dos riscos, cujo relatório anual sobre a gestão de riscos se encontra à disposição na sede da empresa. A metodologia de cálculo adotada para o cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido relativo ao risco operacional é “Abordagem do Indicador Básico”.

Considerações Finais

Manifestamos nosso reconhecimento pela preferência e confiança que nossos clientes e acionistas sempre nos têm dispensado e aos nossos colaboradores pelo apoio e empenho demonstrados.

Novo Hamburgo, 29 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria

Código CVM: 006076 – DOC.1

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

ATIVO	31.12.2017	31.12.2016
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	12.290	12.617
DISPONIBILIDADES	122	102
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7.220	3.778
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	7.220	3.778
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3.191	4.734
Carteira Própria	3.191	4.734
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.745	3.990
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	4.687	5.696
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(2.942)	(1.706)
OUTROS CRÉDITOS	4	4
Impostos e Contribuições a Compensar	4	4
OUTROS VALORES E BENS	8	9
Despesas Antecipadas	8	9
NÃO CIRCULANTE	6.148	7.435
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.966	6.170
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100	964
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	918	1.739
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(818)	(775)
OUTROS CRÉDITOS	4.866	5.200
Créditos Tributários	4.810	5.146
Devedores por Dep. em Garantia	43	41
Opções p/Incentivos Fiscais	13	13
OUTROS VALORES E BENS	0	6
Despesas Antecipadas	0	6
PERMANENTE	1.182	1.265
INVESTIMENTOS	21	21
Investimentos por Incentivos Fiscais	10	10
Ações e Cotas	9	9
Outros Investimentos	2	2
IMOBILIZADO DE USO	1.161	1.244
Imóveis de Uso	2.070	2.095
Outras Imobilizações de Uso	938	928
Depreciações Acumuladas	(1.847)	(1.779)
TOTAL	18.438	20.052

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Pela Legislação Societária

PASSIVO	31.12.2017	31.12.2016
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	1.901	2.009
RECURSOS DE ACEITES E EMISS. DE TÍTULOS	303	810
Recursos de Aceites Cambiais	303	810
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.598	1.199
Cobrança e Arrec. de Tributos	1	25
Sociais e Estatutárias	109	0
Fiscais e Previdenciárias	66	210
Provisão p/Pagamentos a Efetuar	200	770
Prov. para Passivos Contingentes	459	41
Diversas	763	153
NÃO CIRCULANTE	390	1.206
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	390	1.206
OUTRAS OBRIGAÇÕES	390	1.206
Fiscais e Previdenciárias	390	1.206
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.147	16.837
CAPITAL		
Ações Ordinárias - País	12.351	12.351
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	532	550
RESERVAS DE LUCROS	3.176	2.868
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	88	1.068
TOTAL	18.438	20.052

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Pela Legislação Societária

	01.07.2017	01.01.2017	01.01.2016
	a	a	a
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2016
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.339	6.363	5.110
Operações de Crédito	1.982	3.397	2.913
Resultado de Operaç. Com.Tít. e Val. Mobil.	357	2.966	2.197
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.240)	(1.564)	(1.012)
Operações de Captação no Mercado	(13)	(36)	(247)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(1.227)	(1.528)	(765)
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	1.099	4.799	4.098
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.526)	(4.205)	(4.359)
Receitas de Tarifas Bancárias	17	36	47
Despesas de Pessoal	(936)	(2.853)	(2.685)
Outras Despesas Administrativas	(558)	(1.151)	(1.496)
Despesas Tributárias	(52)	(242)	(237)
Outras Receitas Operacionais	3	6	17
Outras Despesas Operacionais	0	(1)	(5)
RESULTADO OPERACIONAL	(427)	594	(261)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	76	117	13
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(351)	711	(248)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	150	(336)	120
Provisão Para Imposto de Renda	0	(270)	(36)
Provisão Para Contribuição Social	0	(216)	(23)
Ativo Fiscal Diferido	150	150	179
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(201)	375	(128)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM R\$	(0,22)	0,41	(0,14)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pela Legislação Societária

R\$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGEN- TES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL	RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA
			LEGAL	ESPECIAL				
PERÍODO DE 01.07.2017 A 31.12.2017								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	541	421	3.040	17	0	16.370	0
OUTROS EVENTOS	-	(9)	-	-	-	17	8	8
Realização de Res. de Reavaliação	-	(17)	-	-	-	17	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	8	-	-	-	-	8	8
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	71	-	71	71
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	(201)	(201)	(201)
DESTINAÇÕES	-	-	(10)	(275)	-	184	(101)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(101)	(101)	-
Reservas	-	-	(10)	(275)	-	285	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	532	411	2.765	88	0	16.147	(122)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(9)	(10)	(275)	71	0	(223)	(122)
PERÍODO DE 01.01.2017 A 31.12.2017								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	550	392	2.476	1.068	0	16.837	0
OUTROS EVENTOS	-	(18)	-	-	-	34	16	16
Realização de Res. de Reavaliação	-	(34)	-	-	-	34	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	16	-	-	-	-	16	16
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(980)	-	(980)	(980)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	375	375	375
DESTINAÇÕES	-	-	19	289	-	(409)	(101)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(101)	(101)	-
Reservas	-	-	19	289	-	(308)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	532	411	2.765	88	0	16.147	(589)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(18)	19	289	(980)	-	(690)	(589)
PERÍODO DE 01.01.2016 A 31.12.2016								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	578	392	2.552	1.489	0	17.362	0
OUTROS EVENTOS	-	(28)	-	-	-	52	24	24
Realização de Res. de Reavaliação	-	(52)	-	-	-	52	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	24	-	-	-	-	24	24
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(421)	-	(421)	(421)
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	(128)	(128)	(128)
DESTINAÇÕES	-	-	-	(76)	-	76	0	-
Reservas	-	-	-	(76)	-	76	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	550	392	2.476	1.068	0	16.837	(525)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(28)	-	(76)	(421)	-	(525)	(525)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Pela Legislação Societária

	01.07.2017	01.01.2017	01.01.2016
	a	a	a
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2016
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(201)	375	(128)
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM O CAIXA:	1.127	1.373	108
Depreciações	39	81	84
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.080	1.277	0
Impostos e Contribuições s/Res. de Reavaliação	8	15	24
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	(823)	273	1.961
(Aumento) Diminuição das Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	(1.754)	(3.442)	(1.218)
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	40	1.543	1.030
(Aumento) Diminuição de Operações de Crédito	1.006	1.831	2.335
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	(121)	334	(204)
(Aumento) Diminuição de Outros Valores e Bens	6	7	18
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	(43)	(417)	(36)
Aumento de Outras Obrigações	(43)	(417)	(36)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	60	1.604	1.905
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Imobilizado de Uso	13	13	23
Aplicação Imobilizado de Uso	(9)	(9)	(21)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	4	4	2
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Diminuição) de Aceites Cambiais	(69)	(507)	(1.488)
Dividendos	(101)	(101)	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial	71	(980)	(421)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(99)	(1.588)	(1.909)
EFEITOS DA OSCILAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	157	102	104
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	122	122	102
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(35)	20	(2)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Pela Legislação Societária

	01.07.2017	01.01.2017	01.01.2016
	a	a	a
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2016
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
RECEITAS	1.208	4.994	4.423
Receitas da Intermediação Financeira	2.339	6.363	5.110
Receitas de Prestação de Serviços	17	36	47
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.227)	(1.528)	(764)
Outras Receitas	79	123	30
DESPESAS DA INTERMEIDÇÃO FINANCEIRA	(13)	(36)	(247)
INSUMOS DE TERCEIROS	(519)	(1.071)	(1.417)
Materiais, Energia e Outros	(275)	(615)	(679)
Serviços de Terceiros	(243)	(455)	(732)
Outros	(1)	(1)	(6)
VALOR ADICIONADO BRUTO	676	3.887	2.759
RETENÇÕES	(39)	(80)	(85)
Depreciações e Amortizações	(39)	(80)	(85)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	637	3.807	2.674
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	637	3.807	2.674
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL	777	2.543	2.337
Remuneração Direta	650	2.117	1.822
Benefícios	84	199	246
FGTS	43	227	269
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	61	889	465
Federais	60	878	455
Municipais	1	11	10
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(201)	375	(128)
Dividendos	101	101	0
Reinvestimentos de Lucros	(302)	274	(128)
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	637	3.807	2.674

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com normas e padrões aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e, com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão sendo apresentadas segundo os modelos definidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pelo BACEN, na forma da Legislação Societária, tendo em vista que a Lei N.º 9.249, de 26.12.95, através dos seus artigos 4º e 5º, extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, tanto para efeitos fiscais, quanto para fins societários.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na contabilização das operações e na elaboração das demonstrações foram as seguintes:

- a) as receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência e refletem valores nominais;
- b) as depreciações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais são as seguintes: Imóveis 1,66%; Instalações, Móveis e Utensílios, Sistema de Comunicação e de Transportes, 10% e Sistemas de Processamento de Dados, 20%;
- c) a provisão para o imposto de renda é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional previsto na legislação, e a contribuição social, a alíquota de 20%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustadas pela realização do crédito tributário;
- d) as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, são demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias incorridas, e deduzindo as correspondentes rendas a apropriar;
- e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das garantias e riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.
- f) as contas do Passivo Circulante são demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.
- g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”) – O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta que se encontram atualizados pelo valor da cota e/ou pelo valor médio de negociação no último dia do mês;

4 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de operações de crédito por tipo de cliente e atividade econômica, em 31.12.2017, demonstramos a seguir em R\$ mil:

NÍVEIS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	PESSOAS FÍSICAS	TOTAL
OPERAÇÕES	DE CRÉDITO	NORMAL			
A	-	1	78	409	488
B	-	-	-	24	24
C	568	-	-	4	572
D	164	367	-	4	535
E	-	-	281	-	281
OPERAÇÕES	VENCIDAS				
B	-	-	-	44	44
C	-	-	-	22	22
D	-	1	3	23	27
E	-	-	7	16	23
F	-	-	-	1	1
H	749	85	2.701	53	3.588
TOTAL	1.481	454	3.070	600	5.605

5 - CRÉDITOS BAIXADOS EM PROVISÃO

O montante de créditos baixados, contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o exercício foi de R\$ 250 mil (R\$ 5.586 mil em 2016), tendo sido recuperados R\$ 1.751 mil (R\$ 419 mil em 2016).

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre de diferenças entre os critérios estabelecidos pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, para o reconhecimento de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.894 mil, de provisões para possíveis perdas em ações trabalhistas no valor de R\$ 187 mil e de prejuízos fiscais de R\$ 2.729 mil. O crédito tributário constituído no exercício foi de R\$ 2.805 mil (R\$ 515 mil em 2016), e a realização ocorrida foi de 3.141 mil (R\$ 305 mil em 2016). Há expectativa de geração de resultados positivos nos próximos cinco anos, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições.

7 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Decorrem de processos, na área trabalhista, ajuizados por ex-empregados tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para ações trabalhistas ajuizadas contra a Finansinos, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 42 mil.

8 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R\$ 12.351 mil representado por 913.778 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

9 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O saldo inicial e final de Outros Resultados Abrangentes corresponde ao saldo da Reserva de Reavaliação.

10 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Está representado pela alienação de bens do ativo permanente e aluguéis de imóveis não destinados ao uso.

11 - DIVIDENDO

O Estatuto Social da empresa prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo proposto demonstrado em R\$ mil:

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido	375	(4.539)
Realização de Reserva de Reavaliação	34	52
(-) Reserva Legal constituída	19	0
Base de Cálculo do dividendo	390	(4.487)
Dividendo proposto	101	0
Percentual do dividendo	25,89	0,00
Número de ações com direito a dividendo	913.778	913.778
Dividendo por ação em R\$	0,11	0,00

12 - SEGUROS CONTRATADOS

A empresa mantém contratos de seguro em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos, conforme discriminação abaixo em R\$ mil:

ESPÉCIE	OBJETO	2017	2016
Incêndio	Imóveis, Instal., Mób. e Equip. etc.	5.200	4.000
Automóvel	Veículos	0	77
Roubo	Máquinas e Equipamentos	35	35
R. Diversos	Imóveis e R. Civil	152	252

13- TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações de captação com outras partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volumes de operação, são as seguintes em R\$ mil:

	2017		2016		
	PASSIVO	DESPESAS	PASSIVO	DESPESAS	
		SEMESTRE	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	
PESSOAS FÍSICAS					
Recursos de Aceites Cambiais	51	2	5	398	231

As captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxa média de 95% do CDI.

14 – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A aplicação das disposições da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, também levando em consideração os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na elaboração das demonstrações contábeis não produziu qualquer impacto no resultado do exercício da instituição.

A empresa optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização por depreciação ou alienação.

A estrutura de controle dos riscos de mercado, operacional, de crédito, de liquidez e de capital, encontra-se efetivamente implementada, através de ferramentas específicas para identificação e monitoramento dos riscos, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas. Os Diretores responsáveis pela gestão de riscos, juntamente com os demais gestores que suportam os comitês de riscos, analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

RICARDO DA CRUZ FRANCK
Diretor Presidente

MAURO ELAR FERRARI
Diretor e de Relações com
Investidores

MAURO ELAR FERRARI
Contador CRC-RS Nº 43.340
CPF Nº 215.545.600-04

FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ: 91.669.747/0001-92

-12-
Código CVM: 006076 – DOC.1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, atendendo preceitos legais e estatutários, procederam ao exame dos documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como o Relatório da Administração e as respectivas demonstrações financeiras, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

Novo Hamburgo, 29 de janeiro de 2018.

PAULO CESAR SANVITTO
Presidente

MARIA HELENA ADAMS PEREZ
Vice Presidente

BEATRIZ SELBACH SCHMIDT

CESAR AUGUSTO PERONY ODY

ROGÉRIO COSTA ROKEMBACH

FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ: 91.669.747/0001-92

-13-
Código CVM: 006076 – DOC.1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da FINANSINOS S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Novo Hamburgo, 29 de janeiro de 2018.

RICARDO DA CRUZ FRANCK
Diretor Presidente

MAURO ELAR FERRARI
Diretor e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
Diretores da
FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Os principais assuntos de auditoria são os seguintes:

• **Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

Porque é um PAA

A estimativa da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa envolve um alto nível de julgamento da Administração, sendo consideradas várias premissas e fatores internos e externos. A Finansinos S/A para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, classifica suas operações de crédito em níveis crescentes de risco de conformidade com o sistema de rating previsto na Resolução do CMN nº 2.682/1999, sendo “A” o risco mínimo e “H” o risco máximo.

Como o assunto foi conduzido pela nossa auditoria

Avaliamos o funcionamento dos controles internos relacionados às operações de crédito, assim como, os critérios utilizados na classificação dos níveis de riscos dessas operações na determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, observando os requisitos mínimos determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/1999. Com base nas evidências obtidas consideramos adequado o nível de provisionamento para operações de créditos de liquidação duvidosa.

• **Créditos tributários**

Porque é um PAA

Os créditos tributários decorrem de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, sendo reconhecidos contabilmente em função da expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização. Estudo técnico requerido pelo BACEN, elaborado pela Finansinos S/A e aprovado pelo Conselho de Administração apresenta expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos cinco anos, com a consequente geração de obrigação com impostos e contribuições.

Como o assunto foi conduzido pela nossa auditoria

Avaliamos os controles internos que envolvem a apuração dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como das estimativas do valor realizável destes créditos tributários. Tendo por base as evidências obtidas consideramos adequados os valores das estimativas dos créditos tributários apurados de acordo com os critérios e premissas da Administração.

Outros Assuntos

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Finansinos S/A, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Finansinos S/A. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Finansinos S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições contábeis autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Finansinos S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Finansinos S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Finansinos S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Finansinos S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Finansinos S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito,entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ: 91.669.747/0001-92

-18-
Código CVM: 006076 – DOC.1

Porto Alegre, 16 de janeiro de 2018.

FÁBIO RAMIRES DA SILVA
Contador Responsável
CRCRS N° 48.428

RAMIRES & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS N° 4.168